



Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Socioeducação: Fundamentos e Práticas

Carmem Maria Craidy
Karine Szuchman

Organizadoras





UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente



Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Socioeducação: Fundamentos e Práticas

Carmem Maria Craidy

Karine Szuchman

Organizadoras

© dos autores
1ª edição: 2017

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:
Laura Wunsch, Gabriela Trindade Perry, Tanara Forte Furtado e Marcelo Ferreira

Capa: Ely Petry
Projeto gráfico: Editora da UFRGS
Editoração eletrônica: Tiago Dillenburg

Esta obra é resultado do curso “Educação no Sistema Nacional Socioeducativo”, financiado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) através do Centro de Formação de Professores (FORPROF) no ano de 2014.

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



S678 Socioeducação: fundamentos e práticas [recurso eletrônico] / organizadoras Carmem Maria Craidy [e] Karine Szuchman ; coordenado pela SEAD/ UFRGS. – Dados eletrônicos. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

265 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

Inclui referências.

1. Educação. 2. Psicologia social. 3. Medidas socioeducativas. 4. Justiça. 5. Inclusão social. 6. Saúde. I. Craidy, Carmem Maria. II. Szuchman, Karine. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 37.017.4-053. 6

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0364-1

Letramento, alfabetização e vulnerabilidade social

Denise Comerlato¹

Ao analisarmos com profundidade os indicadores da educação brasileira, veríamos que a desigualdade da escolaridade está diretamente vinculada às condições econômicas de certas populações ou grupos, determinada especialmente pela classe social, acrescidas do local de moradia (urbano ou rural), da faixa etária e da origem étnica ou racial. E que – apesar da expansão do sistema educacional alcançar praticamente 100% da população entre 6 e 14 anos, ainda há uma parcela significativa de jovens na faixa etária de frequência obrigatória, de 15 a 17 anos, que está fora dela.

Segundo o *Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com ênfase no Ensino Médio – 2010* (p. 106), apenas 86% da população entre 15 e 17 anos se encontram matriculadas, chegando a 76.344 jovens fora da escola só no Estado do RS (p. 108). Os dados seriam ainda mais alarmantes se acrescentássemos a defasagem escolar dos jovens matriculados, os índices de repetência e o baixo aprendizado que muitos concluintes da educação básica apresentam.

O resultado do Censo 2010, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi também bastante comentado ao demonstrar que quase a metade da população brasileira (49,25%) com 25 anos ou mais não tinha, até 2010, o ensino fundamental completo. Não por acaso, o mesmo Censo de 2010 constatou que 3,4 milhões de crianças e adolescente de 10 a 17 anos trabalhavam em nosso país.

Ao nos determos na população jovem² não escolarizada ou com baixa escolaridade, observamos com Oliveira (1999), autora de estudos sobre aprendizagem de jovens e adultos, que

¹ Professora da Faculdade de Educação da UFRGS.

² A Lei n.º 8.069/90 (ECA) em seu art. 2.º considera a pessoa de até 12 anos incompletos como criança e entre 12 e 18 anos como adolescente. Aqui, utilizo o termo jovem para me referir às pessoas entre 15 e 21 anos, de modo a contemplar o público de menor idade da Educação de Jovens e Adultos, sendo 15 anos a idade mínima para cursar o ensino fundamental e 18 para o ingresso no ensino médio.

[...] o jovem, incorporado ao território da antiga educação de adultos relativamente há pouco tempo, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa bio-psicológica da vida. (p. 59 e 60)

Diferentemente do público adulto – de origem rural, sem ou com pouca experiência escolar –, esse jovem tem origem urbana, já passou pela escola, mesmo que de forma desregrada e, dela, carrega sentimentos de fracasso e reprovações múltiplas. Ainda, muitos deles trabalham ou já trabalharam em serviços de baixa qualificação, ou mesmo têm experiências em atividades ilícitas, pois sendo pobres, precisam prover seu próprio sustento, senão contribuir com o sustento de familiares.

Nesse sentido, a baixa escolaridade dos jovens se apresenta como um dos fatores de vulnerabilidade social, pois é, muitas vezes, um impeditivo não apenas para alcançar um modo de vida digno, com emprego formal e qualificado, como até mesmo para sonhar com essa possibilidade. Desse modo, a população jovem pobre e com baixa escolaridade está muito mais exposta ao risco social da exploração sexual, da criminalidade e de todas as formas de vida marginal. A escolaridade, por si só, não é garantia de ascensão social, mas sem ela torna-se ainda mais difícil desempenhar uma profissão ou desenvolver um trabalho, já que a sociedade urbana se torna a cada dia mais complexa, mais competitiva, e valoriza cada vez mais os conhecimentos formais.

No entanto, esses jovens, diferentemente do público adulto e idoso da Educação de Jovens e Adultos, têm uma vivência muito maior no que diz respeito às práticas de letramento, pois se encontra vinculado à vida urbana, suas linguagens e culturas. Esse poderia ser um viés pedagógico a ser explorado, pois, valorizar os saberes e culturas dos jovens no interior da escola, além do sentimento de pertencimento, permite produzir novos sentidos às aprendizagens escolares.

PRÁTICAS DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO

Atualmente, nos parece um absurdo encontrarmos pessoas, especialmente jovens, que não saibam ler e escrever. No entanto, essa aprendizagem, que

é a aquisição da alfabetização, só foi amplamente difundida no Brasil com a expansão da escola pública, o que nos remete a menos de um século de história, se consideramos esse movimento a partir de 1930. Isso significa que o analfabetismo só se torna um problema, uma preocupação dos governantes, quando a sociedade brasileira passa a se desenvolver industrialmente e, conseqüentemente, a se urbanizar e a se modernizar. Ao mesmo tempo, a alfabetização da população também está diretamente vinculada à difusão da cultura escrita na sociedade e à generalização das práticas sociais que fazem uso da escrita, fenômeno que chamamos de letramento. De modo que as sociedades são consideradas letradas quando a leitura e a escrita estão na base de todas as outras atividades. Em sociedades complexas e letradas como é atualmente a nossa, predominantemente urbana, a língua escrita é parte viva de sua organização e funcionamento. Nessas sociedades, eventos de letramento permeiam a vida cotidiana e se impõem em maior ou menor grau a todos os indivíduos que compõem a sociedade, sejam alfabetizados ou não.

O letramento, nas palavras de Tfouni (1994, p. 55)

[...] é um fenômeno sócio-histórico, e [...] investigá-lo implica estudar as transformações que ocorrem em uma sociedade quando suas atividades passam a ser permeadas por um sistema de escrita cujo uso é generalizado.

No caso do trabalho com jovens, como conhecer e compreender os usos que fazem da escrita? Em que momentos a escrita é um instrumento importante, relevante, necessário para as práticas sociais dos jovens?

A compreensão de Tfouni (1994), assim como de Soares (2003), pesquisadoras no campo do letramento, é de que todas as pessoas que vivem em uma sociedade letrada possuem, em menor ou maior grau, algum nível de letramento. Ou seja, não existem pessoas iletradas em sociedades que fazem uso da escrita. Mesmo sem saber ler e escrever, as pessoas identificam o que pode estar escrito, conhecem alguns de seus usos, compreendem algumas de suas funções. Nesse sentido, pode haver letramento em diferentes níveis mesmo entre pessoas não alfabetizadas.

Já a alfabetização se caracteriza como uma etapa de apropriação da escrita, o que demanda alguns anos se considerarmos os primeiros ensaios de escrita até o domínio pleno do sistema alfabético. Assim, a alfabetização corresponde

às aprendizagens acerca da língua escrita desenvolvidas nos primeiros anos do ensino fundamental.

Em sociedades letradas, o processo de alfabetização comumente se dá dentro e a partir do processo de letramento – que tem início muito antes da apropriação da escrita pelo sujeito –, continua durante o processo de apropriação da escrita, e segue em níveis cada vez mais complexos como um *continuum*, ou seja, os sujeitos continuam desenvolvendo o letramento ao longo de suas vidas; isso também em relação às diferentes tipologias e gêneros textuais (Tfouni, 1994, p. 56 e 57). Mesmo que consideremos que todos os sujeitos de uma determinada sociedade têm certo nível de letramento, é importante observar que dificilmente uma pessoa alcança níveis mais avançados de letramento sem a alfabetização. Assim, a alfabetização é uma pré-condição para um sujeito alcançar um novo patamar de letramento, e assim, se inserir mais plenamente nas práticas e usos sociais da escrita sobre as quais a sociedade funciona.

No entanto, podemos pensar, a partir de Street (2010), autor inglês e uma das principais referências nos estudos sobre o letramento, que muitas propostas de ensino colocadas em prática por escolas são métodos baseados em uma perspectiva “autônoma” de letramento, ou seja, uma apropriação da língua que não estabelece relação com as práticas sociais de uso da escrita dentro de um universo cultural. Nessa compreensão, existiriam práticas de leitura escolares que só têm sentido dentro da instituição. Copiar, responder, construir frases, fazer ditados, entre outros exercícios propostos pela escola, dificilmente são realizados fora do contexto escolar. Desse modo, a escola transforma o uso da escrita em algo artificial, geralmente com conteúdos que também não dizem respeito à vida dos sujeitos que ali se encontram.

Muitos estudantes, especialmente aqueles oriundos de grupos sociais menos escolarizados e menos letrados, cujo uso da leitura e escrita é bastante reduzido, fracassam diante de práticas descontextualizadas de alfabetização, ou levam muito mais tempo para sua aprendizagem.

Nas palavras de Street, ao se referir aos diferentes usos da escrita em contextos culturais diversos,

[...] a relação do professor com os alunos tem de ser diferente quando se sabe isso, em vez de se imaginar que eles são espaços vazios que devem ser preenchidos. Esses alunos estão engajados em uma sociedade, em uma cultura que a escrita pode ocupar grande espaço.

Cada um deles pode não ter conhecimento de todas essas escritas; eles podem não se sentir competentes o bastante para fazer o trabalho que querem fazer. Portanto, estamos lá para dizer “Deixem-nos ajudar naquilo em que vocês querem ajuda”. [...] Trata-se de uma abordagem muito diferente para o ensino da escrita. Diferentemente de ficar de pé lá na frente com um método fazendo abc e pensando que todos são ignorantes. (STREET, 2010, p. 49)

Aqui, teríamos que investigar que práticas sociais permeadas pela escrita são significativas para os nossos sujeitos de aprendizagem. E se tratando dos jovens, não há como negar hoje a importância do uso das novas tecnologias – como mensagens via celular e uso de redes sociais – e toda a cultura urbana: a grafiteagem, tatuagens, estilos musicais como *hip-hop*, fanzine, na qual a linguagem está presente, com usos significativos da escrita para essa população. Claro que não se pode generalizar os jovens, acreditando que todos fazem parte do mesmo repertório cultural, gostos, modas, estilos. Diferentes grupos constroem referenciais próprios e devem ser compreendidos dentro de seus contextos singulares. De qualquer modo, além dos usos que os jovens podem fazer da escrita, também é função da escola ampliar o repertório de conhecimentos e, portanto, promover novas práticas de letramento muitas vezes desconhecidas para determinados grupos sociais.

Em relação às experiências de trabalho, em alguns questionamentos informais junto a estudantes da EJA, observamos que, em geral, pouco aprendem em relação à língua escrita nas atividades que desenvolvem. Infelizmente, apesar da exigência de escolarização para uma grande gama de empregos formais, o trabalho destinado a pessoas com poucos anos de estudo não coloca desafios em termos de novas aprendizagens da língua escrita. Trabalhos como entregador de jornais, gari, auxiliar de limpeza, auxiliar de cozinha, auxiliar de pedreiro, entre outros, ocupados por jovens e adultos com baixa escolaridade, muito raramente exigem o uso da língua escrita ou dela fazem muito pouco uso.

UMA FINALIZAÇÃO LONGE DE UM FINAL

Esta breve introdução ao tema da alfabetização e letramento pretendeu trazer à tona alguns dos principais conceitos e aspectos implicados na apropriação da língua escrita, especialmente em relação à população jovem.

Pensar a escola como promotora da alfabetização e do letramento, como conceitos inter-relacionados, é fundamental para uma mudança de perspectiva do ato de ensinar e aprender. A qualificação do ensino passa por uma educação significativa para as classes populares, capaz de promover os sujeitos a agentes ativos dos seus processos de aprendizagem. Certamente, uma educação voltada aos seus interesses e necessidades, obteria um sucesso muito maior em termos de aprendizagens e construção da cidadania.

De que modo a escola e seus educadores podem conhecer mais os seus sujeitos e os usos que fazem da escrita? O que é exigido aos seus jovens educandos saber para viver em nossa sociedade? Que uso da língua escrita é realizado no cotidiano, nas relações sociais, no lazer, no trabalho? Por que alguns sujeitos têm dificuldade para aprender a ler e a escrever? Como promover a alfabetização e o letramento de modo a ampliar a leitura de mundo, tão debatida a partir de Freire, reconstruindo os saberes de vida advindos das experiências dos grupos sociais com os quais trabalhamos?

Assim, como a riqueza, os conhecimentos produzidos pela humanidade também são distribuídos desigualmente na sociedade, colocando aquele que não tem acesso a esse conhecimento em uma posição subalterna. Este é o sentido da função equalizadora da educação: colocar todos num mesmo patamar de igualdade pelo acesso e apropriação do conhecimento, necessário para a construção de uma sociedade democrática.

É preciso reconhecer que as práticas escritas também são um instrumento de dominação, tendo em vista o poder que é ou pode ser exercido por seu intermédio. E, por si só, as práticas sociais que fazem uso da escrita se tornam uma espécie de opressão para aquele que não a conhece, pois o exclui. Além do mais, a dependência de um outro para compreender o que está escrito e a função que cumpre determinada prática social com o uso da escrita, impede a autonomia e fragiliza o próprio exercício da cidadania. Deste modo, para o jovem, a falta da alfabetização e da escolarização, acompanhada normalmente da pobreza e de condições de vida precárias, agrava a situação de vulnerabili-

dade, deixando-o muito mais exposto aos riscos sociais e às muitas formas de violência presentes nas periferias urbanas.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, n.12, 1999.

SEDUC, **Diagnóstico da Educação Básica no Rio Grande do Sul com ênfase no Ensino Médio – 2010**. Disponível em <http://zerohora.com.br/pdf/14441635.pdf> Acesso em 21 jul. 2015.

STREET, Brian V. Os novos estudos sobre o letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, M.; CARVALHO, G. T. (orgs.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TFOUNI, L. V. (1994). A escrita: remédio ou veneno? In: AZEVEDO, M. A.; MARQUES, M. L. (orgs). **Alfabetização Hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

